



Hora de mobilização e união

Empregados das Administrações Portuárias também estão ameaçados pela MP 595

Se a Lei 8.630, de 1993, trouxe desemprego e esvaziou a Codesp como Operadora Portuária, agora vivemos um momento ainda pior. A MP 595 libera a entrada da iniciativa privada sem nenhuma garantia de trabalho para quem é registrado no Ogmo e transfere quase todas as atribuições da Codesp para a Antaq e para a SEP.

Ou seja, nós, empregados da Companhia Docas, temos que continuar mobilizados para garantir nosso emprego e manter a Codesp como Autoridade Portuária, evitando que ela vire uma Portobrás.

Desde que a MP 595 foi criada participamos de várias reuniões com políticos para expor nossas reivindicações. Nossa luta não ficou apenas em Santos, fomos a São Paulo e até em Brasília. Como o Governo insistia em passar com um rolo compressor para que a MP fosse aprovada, lançamos mãos de nosso direito de greve e cruzamos os braços em todo o país.

Nossa paralisação deu certo e conseguimos luar na comissão de negociação que vai discutir a MP 595 até o dia 15 de março. Leia mais nas páginas 3, 4 e 5



Manifestação na porta da Codesp



Audiência na Câmara Federal, em Brasília

**PORTUS: Intervenção é prorrogada e
Governo libera mais R\$ 15 milhões**

Após 20 anos da Lei 8.630, surge a MP 595 que fará novas mudanças no setor portuário

Após 20 anos da Lei 8.630, quando vivenciamos uma grande mudança em nosso mercado de trabalho e vimos a Codesp deixar a operação portuária para a entrada de terminais administrados pela iniciativa privada, passamos agora por uma nova turbulência e que, ao que tudo indica, será muito pior do que a vivenciada nos anos 90.

Se lá atrás sofremos com a retirada forçada das Companhias Docas das operações do cais e o enfraquecimento do controle total da movimentação portuária, hoje o que a MP 595, de 06 de dezembro de 2012, propõe esvazia por completo o poder de atuação das Companhias repassando aspectos importantes de gestão do porto, como dragagem, tarifa, licitações e contratos, para as mãos da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e para a SEP (Secretaria Especial de Portos).

A Codesp deixou de ser Operadora Portuária para virar Autoridade Portuária e agora, de acordo com a MP, será apenas um “escritório” da Antaq e SEP no porto. Ou seja, toda a administração do porto passará para

Brasília. Aqui, ao que tudo indica, vamos fazer o que mandarem porque a Antaq vai apenas delegar poderes à Codesp.

Por isso, mais do que nunca, a atuação do SINDAPORT com o apoio maciço da categoria é tão importante para que possamos fazer gestões políticas e uma grande mobilização, mostrando que nossa categoria está unida para defender nossos empregos, nossa carreira profissional e nossa importância no Porto de Santos.

Governo

A ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, abriu entendimentos com os sindicatos e federações sobre a MP 595. Ela criou uma comissão com a participação dos trabalhadores para possíveis alterações na medida. O SINDAPORT participa dessa comissão

Diante da mobilização que está sendo feita pelos sindicatos, em especial do Porto de Santos, alguns políticos favoráveis à MP já estão mostrando suas cartas.

Como é o caso da senadora Kátia Abreu, que também preside a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Conforme matéria publicada

na Folha de S. Paulo do dia 17 de fevereiro, a senadora cita que “quem paga a conta [da ineficiência] é o produtor no campo. Não é hora de discutir ajustes para não enfraquecer a MP”.

Na avaliação do SINDAPORT, a senadora até está certa em defender os interesses do agronegócio brasileiro, ao cobrar maior eficiência para a exportação dos produtos. Porém, ela deveria também olhar para a classe trabalhadora, que teme perder o mercado de trabalho. Precisamos de melhores estradas, de ferrovias eficientes, de terminais produtivos, mas também precisamos manter os empregos existentes.

Desde que tomou posse, Dilma não fez nenhuma alteração no comando das Companhias Docas. Se a administração das Companhias não está de acordo com o que ela quer, mudanças já tinham que ter sido feitas. Agora, não é enfraquecendo as Autoridades Portuárias e passando tudo para as mãos da SEP e da Antaq que as coisas vão melhorar. Ao que tudo indica, vamos ter uma nova Portobrás, com ações na Justiça e pedidos de indenização.

A Diretoria

EXPEDIENTE: Jornal dos Portuários é uma publicação do Sindaport, localizado à rua Júlio Conceição, 91, Vila Mathias, Santos, SP. Telefone (13) 4009-0300 - E-mails: presidente@sindaport.com.br e secretaria@sindaport.com.br = **Presidente:** Everandy Cirino dos Santos; **Vice-Presidente:** João de Andrade Marques; **Secretário-Geral:** Valdir Pfeifer da Silva Jr.; **1º Secretário:** Luiz Roberto Gomes; **2º Secretário:** David da Silva; **1º Tesoureiro:** Aguinaldo Alvares Rodrigues; **2º Tesoureiro:** Luiz Carlos dos Santos; **Diretor Jurídico:** Antonio Mendes Filho; **Diretor de Patrimônio:** Eduardo F. Herrera; **Diretor Social:** Ricardo Fernandes - **Jornalista Responsável:** Gisele de Oliveira - Mtb 28.641 - **Redação, edição, diagramação e fotos:** Gisele de Oliveira - Tiragem: 4.500 exemplares - Impressão: Diário do Litoral

Paralisação nacional dos portuários obriga Governo a incluir trabalhadores nas discussões da MP 595

Infelizmente, foi necessário um movimento de paralisação nacional para que os trabalhadores portuários pudessem ser ouvidos sobre os prejuízos e o desemprego que a MP 595 poderá causar se for aprovada pelo Congresso nos termos em que foi elaborada.

Diante da mobilização e da união nacional da categoria, que causou repercussão até internacional, o Governo foi obrigado a criar uma comissão de negociação para ouvir os representantes dos trabalhadores e analisar as emendas por nós propostas.

Um termo de acordo foi celebrado e temos até o dia 15 de março para chegar a um consenso.

Em reunião realizada no último dia 25, na sede do SINDAPORT, os sindicatos portuários de Santos foram unânimes em afirmar que a paralisação realizada em apenas um turno no dia 22 de fevereiro já foi capaz de demonstrar o poder de mobilização da categoria e nosso impacto na economia do país.

Por isso, o movimento de mobilização deve continuar e ser ainda mais intensificado. Todos os companheiros devem ter ple-



Jaelcio Santana

Protesto dos portuários de Santos, no dia 22 de fevereiro, mobilizou vários pontos do cais, como na porta da Codesp e nos postos de escalação do Ogm

na consciência que não foi espontânea a abertura do diálogo junto ao Governo. Isso só ocorreu após pressão dos trabalhadores, por meio da paralisação.

Portanto, todos os sindicatos

e trabalhadores portuários devem continuar participando, tanto nas suas respectivas bases quanto em Brasília, dos encontros e movimentos convocados. Uma nova paralisação não está descartada.

Norma portuária foi editada pela presidente Dilma em dezembro

Desde que soubermos que a presidente Dilma Rousseff almejava criar um “pacote” para o setor portuário, iniciamos várias gestões políticas, ou seja, procuramos parlamentares para obter detalhes do que seria essa medida.

Tínhamos conhecimento que setores do grande empresariado brasileiro e que possuem interesses contrários aos da classe trabalhadores eram vistos constantemente nos corredores de Brasília.

Várias datas foram dadas

para o lançamento do novo pacote e em nenhum momento fomos chamados para dar qualquer sugestão. Até que em 06 de dezembro do ano passado, em um grande esquema de marketing, a presidente anunciou a MP 595.

Termo de compromisso é assinado

O Termo de Compromisso assinado no dia 22 de fevereiro, durante reunião com o Governo, ainda não pode ser considerado garantia contra os efeitos da MP 595. Mas, pelo menos, já foi um avanço diante do risco de sermos literalmente atropelados pelo “TRATOR DO GOVERNO”, que queria aprovar na íntegra a MP 595, da forma como foi editada pela presidente Dilma.

A posição defendida pelo SINDAPORT é a seguinte: manutenção das Companhias Docas como Autoridades Portuárias Públicas, garantia de nossos empregos, afastando por completo o risco da privatização das administradoras portuárias, e a continuidade de requisição do avulso, seja em terminal privado de cais público ou privado, fora ou dentro do porto organizado.

Documento assinado pelo ministro de Portos, Leônidas Cristino, por representantes do Ministério do Trabalho e da presidência da República e pelas federações dos trabalhadores portuários

I - A Mesa de Diálogo terá prazo de conclusão dos trabalhos até 15 de março de 2013;

II – O relator da matéria na Comissão Mista do Congresso Nacional, senador Eduardo Braga, será convidado a participar dos trabalhos da Mesa de Diálogo;

III – Durante o período dos trabalhos e negociação da Mesa de Diálogo:
a) não serão adotadas medidas pelo Governo para abreviar o prazo de apreciação da MP 595 no Congresso Nacional;

b) não será encaminhado pela Secretaria de Portos à Presidenta da República proposta de decreto para regulamentar a MPV 595;

c) não serão licitados pela União novos arrendamentos de terminais portuários ou concessões portuárias;

d) o Governo federal não requererá a execução de eventuais multas em decorrência de medida liminar concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho relativa a ilegalidade da greve em 21 de fevereiro de 2013, e não adotará medidas para o ajuizamento de ação principal.

e) os representantes dos trabalhadores comprometem-se a não realizar greve ou paralisação envolvendo os portos e instalações portuárias.

Categoria consegue importantes apoios



Audiência em Brasília com Renan Calheiros



Reunião com o governador Geraldo Alckmin

Diante da forma como a MP foi elaborada, o que deve acarretar em prejuízos também aos empregados das Companhias Docas, iniciamos uma verdadeira peregrinação para mostrar aos deputados federais e senadores as alterações que devem ser feitas antes que essa medida vire lei.

Em Santos, estivemos reuni-

dos com a deputada estadual Telma de Souza e com os deputados federais Márcio França, Beto Mansur e Paulinho da Força. Levamos nosso pleito ao prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa, ao presidente da Câmara de Santos, Sadao Nakai e aos vereadores.

Estivemos em São Paulo expon-

do ao governador do Estado, Geraldo Alckmin, os prejuízos econômicos para a Baixada Santista com o enfraquecimento da mão-de-obra portuária. Em Brasília, nossa mobilização no Congresso Nacional teve repercussão nos principais jornais e sites econômicos e conseguimos ser recebidos pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Greve fez Governo abrir negociação

Infelizmente, havia determinação do Palácio do Planalto para “**TRATORAR**” os trabalhadores portuários. Jargão político usado quando o governo federal determina que sua base aliada “passe por cima” como um trator, sem negociar, sem diálogo, implantando na íntegra o que quer de cima para baixo.

Foi com essa realidade que teve início a Plenária Nacional, em Brasília, convocada pelas três federações portuárias.

Naquele momento, não havia alternativa a não ser a deliberação por um movimento de paralisação. Era o nosso único caminho para ter, pelo menos, um es-

paço aberto para o diálogo, mostrando os prejuízos que trabalhadores portuários, sejam avulsos ou vinculados, de qualquer categoria ou atividade, teriam com a implantação da MP 595, da forma como ela foi editada pelo Governo.

Somente após a decretação da paralisação nacional foi que o Governo aceitou conversar com representantes dos trabalhadores. Porém, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann determinou que somente cinco representantes poderiam participar da reunião. O presidente do SINDAPORT e vice-presidente da FNP, Everandy Cirino, estava entre eles.

O que motivou a paralisação de seis horas em dois dias?

Quando a plenária realizada pelas federações, em Brasília, definiu o movimento de paralisação foi para conseguir a abertura de diálogo na Casa Civil.

Nesse sentido, a paralisação de seis horas em dois dias distintos, na

sexta-feira dia 22/02 e na terça-feira dia 26/02, foi decretada de forma proposital para que pudéssemos ter tempo para forçar a abertura da negociação e, se preciso fosse, suspender o segundo protesto.

E o que foi planejado, de fato aconteceu. Após o primeiro período de paralisação nacional, sindicalistas foram convocados



Plenária em Brasília decidiu pela paralisação nacional

para participar de reunião na Casa Civil. Após o término do encontro, a greve prevista para o dia 26/02 foi suspensa.

Caso seja necessária uma nova greve, o SINDAPORT já propôs que a paralisação seja de 24 horas, reunindo assim um número maior de portuários avulsos, vinculados e empregados das Companhias Docas.

Paralisação contra MP 595 já tinha sido aprovada em assembleia

Alguns companheiros ficaram em dúvida sobre a paralisação, no dia 22 de fevereiro, porque foi realizada sem convocação de edital específico. Todos sabem que o SINDAPORT sempre segue à risca todos os trâmites jurídicos e burocráticos de greve, publica edital, elabora boletins e convoca assembleia.

Por isso, vamos esclarecer e lembrar que em **assembleia, realizada em 18 de janeiro, com o objetivo de discutir o dissídio coletivo e analisar os efeitos da MP 595, a categoria aprovou por unanimidade o movimento de paralisação, se fosse necessário a decretação em caráter de urgência.**

A mobilização realizada no dia 22/02 enquadra-se nessa urgência, pois foi definida nacionalmente durante plenária realizada em Brasília pelas três federações entre os dias 19 e 21 de fevereiro.

Apesar de toda essa correria para a mobilização nacional, para evitar que fôssemos atropelados pelo Governo, o resultado foi satisfatório e saímos vitoriosos. **Conseguimos impedir que a MP 595 fosse votada sem discussão e o mais importante, conseguimos que a medida seja debatida com a nossa participação.**

Empresa não tem autonomia para negociar com os trabalhadores. Mas tem para contratos sem licitação

É de se lamentar que a CODESP e sua Diretoria, continuam a comandar o maior porto do país sem quase nenhuma autonomia. Pelo menos, é isso o que acontece nos assuntos relacionados aos empregados. Já para outras questões, como contratos de terceirização, a Diretoria age com

autonomia até exagerada.

Um exemplo disso é o que foi recentemente divulgado pelo jornal Folha de São Paulo (ver matéria em nosso site - 28/02/2013 - **Presidência flagra irregularidades em estatais de portos**).

A matéria cita que no caso da Codesp “a empresa vem fechan-

do contratos sem licitação com escritórios de advocacia. Em 2011 voltou a contratar sem licitação um escritório para uma causa que poderia render até 20 mil de honorários. A Secretaria de Controle Interno, ligada a Presidente da República, denunciou ao TCU”.

PALAVRA DA DIRETORIA

Falta de autonomia da Codesp emperra assinatura de acordos coletivos



Nosso acordo coletivo 2011/2012 até agora não foi assinado. Esta-

mos mantendo nossas cláusulas fruto do julgamento do dissídio coletivo no TRT, sem falar que continua em andamento recurso no TST, em Brasília.

Já para o acordo coletivo 2012/2013, infelizmente, a “ladainha” da CODESP se repete. Quando a Diretoria da empresa reúne-se com os sindicatos, afirma não ter problemas em fechar e assinar o acordo nos moldes propostos pelo SINDAPORT. Ou seja, negociar os pontos comuns

entre as partes, deixando ressalvas para aguardar o julgamento final dos recursos no TST, em Brasília.

Porém, bastou técnicos lotados em Brasília, que não conhecem nada da CODESP muito menos de porto, darem um pitaco para que todos os encaminhamentos da negociação fiquem emperrados.

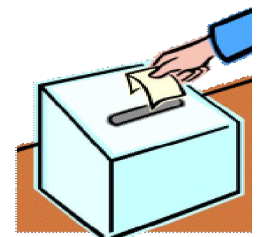
Esses “supostos técnicos” querem determinar que a CODESP firme o acordo coletivo impondo novamente as diferenciações salariais entre empregados passando por cima, inclusive, de decisões judiciais contrárias a essas diferenças.

Esses “BURROCRATAS” lotados confortavelmente em seus gabinetes, geralmente com “polpudas” vantagens e mordomias, estão se lixando se a CODESP vai formalizar acordo ilegalidades já apontadas pelo TRT e gerar passivos trabalhistas futuros.

Infelizmente a DIRETORIA da CODESP não tem autonomia e coragem necessárias para enfrentar esses entraves. Agora então nem se fala, pois está assessorada por certos “gafanhotos” que gostam de alardear bom trânsito em Brasília, porém, nada conseguem na prática.

A Diretoria

ELEIÇÃO SINDICAL DIAS 12 E 13 DE MARÇO



Dissídio segue instaurado e nova assembleia vai definir rumo da Campanha Salarial

O momento é de lutar pela manutenção de nosso emprego e a continuidade da Companhia Docas como Autoridade Portuária Pública. Depois de passada essa tempestade, voltaremos nossas forças para a negociação salarial

Todos os prazos possíveis para a negociação com a CODESP já foram dados. Dificilmente a Diretoria da empresa terá autonomia ou Brasília dará aval para um novo acordo coletivo nos moldes que reivindicamos.

Talvez nossa única alternativa seja acreditar no julgamento do dissídio coletivo. Mesmo assim, conseguiremos apenas manter as cláusulas da sentença anterior, sem nenhum avanço em novas cláusulas sociais. Também não teremos o julgamento do mérito sobre o realinhamento, pois o TRT entende ser prerrogativa da empresa, e não, matéria para acordo coletivo.

Diante desse quadro, temos que entender que o julgamento

desse dissídio, sem a realização de greve, pode levar no Tribunal Regional do Trabalho dois ou três anos. **Para agilizar o julgamento só há um caminho: a decretação de greve.**

Como vivemos um momento delicado com a MP 595, é melhor aguardarmos os desdobramentos da norma, com a Comissão Parlamentar e votação das emendas, o que deve ocorrer somente no final de março ou início de abril.

Afinal, também não está descartada a possibilidade de mais uma greve nacional contra a MP 595. Passada a batalha contra a MP 595, devemos fazer nova assembleia específica sobre a Campanha Salarial para a categoria definir os próximos rumos.

Assembleia de 18/01 decidiu pela continuidade das negociações

Para quem não lembra, na assembleia do dia 18 de janeiro, a categoria esteve para deliberar sobre dois assuntos, sendo que um deles era o dissídio coletivo. Informamos sobre a audiência de conciliação no TRT e que a desembargadora Rilma Aparecida Hemetério havia feito a seguinte proposta de conciliação: reajuste salarial correspondente ao INPC/IBGE mais 1,5% de produtividade, chegando ao total de 6,44%; manutenção das atuais cláusulas sociais; garantia de emprego por 90 dias; e a manutenção de um canal de negociação permanente entre empresa e sindicatos.

Ambas as partes rejeitaram a proposta do TRT. A CODESP alegou não ter aval de Brasília para fechar acordo nesses termos (**ficamos muitíssimos surpresos com essa novidade**). E o SINDAPORT, por sua vez, não aceitou porque pontos importantes, como a data limite para implantar o novo PCS, o realinhamento e o auxílio-educação, não estavam contempladas na proposta da empresa nem na do TRT.

Diante do impasse, foi dado prazo de 15 dias para juntada de documentações de defesa de ambas as partes e sorteado juiz para ser relator do processo de dissídio. Por unanimidade dos presentes, foi deliberado mais um prazo para negociações junto a CODESP, dando continuidade ao dissídio já instaurado.

CARTÃO DE PONTO: Já solicitamos reunião com o Ministério Público do Trabalho para discutir a intenção de implantação do cartão de ponto na Codesp. Sabemos que esse será um de nossos desafios para este ano, pois tal implantação pode causar transtornos e prejuízos a todos os empregados.

ACESSE O SITE DO
SINDICATO E FIQUE POR
DENTRO DO QUE ACONTECE
NO SETOR PORTUÁRIO
WWW.SINDAPORT.COM.BR



Intervenção é prorrogada até 30 de abril e mais R\$ 15 milhões são liberados

No final do mês de fevereiro, o Governo liberou mais R\$15 milhões para o Portus. Em dezembro, outros R\$ 20 milhões já tinham sido enviados. Atualizando os números: dos R\$ 150 milhões prometidos pelo ex-presidente Lula, referentes às dívidas que as empresas patrocinadoras têm com o Portus, faltam ainda R\$ 115 milhões. Segundo informações, o dinheiro que o fundo tem em caixa hoje daria fôlego para honrar o pagamento dos benefícios por mais seis meses. Ou seja, a situação financeira do Portus continua delicada e seguimos aguardando uma solução para o futuro de nosso fundo.



Apesar da aparente calma, continuamos sentados em um barril de pólvora. O risco de liquidação do Portus não está afastado e apesar do interventor ter sido substituído por uma nova interventora, ainda não foi concluída a auditoria. E o pior, a intervenção foi novamente prorrogada. Agora o prazo para apresentação da conclusão da auditoria é 30 de abril deste ano.

Continuamos cobrando do Governo uma posição concreta

sobre o futuro do Portus.

Por isso, temos que analisar todas as possibilidades que estão por vir. Caso o Portus não seja liquidado, uma força-tarefa terá que ser montada para o saldamento das dívidas do fundo. Além disso, há o risco da alteração do modelo atual de benefícios e das contribuições dos participantes ativos ou assistidos. Ou seja, um novo plano pode ser criado, assim como novos valores para as contribuições.

PRORROGAÇÃO

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar

(Previc) prorrogou, mais uma vez, a intervenção no Portus, até o dia 30 de abril de 2013, através da Portaria nº 45, de 31 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União.

Foi criado também um grupo de trabalho para avaliar a situação do Portus. O Ministério da Previdência Social faz a coordenação, com a finalidade de proceder análise técnica e apresentar posição conclusiva sobre o estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apresentado pela Secretaria de Portos e pela CODESP, relativo à dívida das patrocinadoras com o Portus.

Lobo em pele de cordeiro

O título é uma frase antiga do tempo da vovó, fora de moda da atual geração Internet. Mas, infelizmente, pode ser aplicada muito bem na relação que a CODESP tem com seus empregados.

A relação diária dos gestores da empresa tenta mostrar um grau de cumplicidade e companheirismo que na prática não acontece.

Após levar para a audiência de conciliação uma proposta que voltaria a diferenciar no bol-

so os empregados mais novos dos mais antigos, a CODESP apresenta outra novidade. O Departamento Jurídico contratado da CODESP entrou no TRT com pedido de extinção do processo de dissídio coletivo porque não houve autorização da Companhia para a instauração.

Certamente, tal tentativa visa, no caso de vitória na extinção do dissídio instaurado, enfraquecer a mobilização da categoria.

Isso porque a empresa alegaria que, sem o acordo assinado

ou o dissídio instaurado, poderia suspender os pagamentos das cláusulas sociais hoje existentes. Assim, forçaria um novo acordo com as diferenciações que Brasília e CODESP pretendem impor. **Moral da história: temos que ficar com um olho aberto e outro também!**



Café da manhã do SINDAPORT será dia 13 de março, às 9 horas

O café da manhã deste mês de março será dia 13, quarta-feira, a partir das 9 da manhã. Participe dessa reunião que a cada mês reúne mais companheiros da ativa e aposentados.



Participe da barraca de praia do SINDICATO



Todos os finais de semana e feriados, os associados e dependentes do SINDAPORT têm a disposição a barraca de praia do SINDICATO, que fica montada em frente a Igreja do Embaré, no canal 4, em Santos.

Associados têm desconto com fisioterapeutas especializados em Reabilitação Cardiovascular

Os fisioterapeutas Elder dos Santos Cavalcante e Vinicius dos Santos Cavalcante também atendem pacientes com problemas ortopédicos, neurológicos, reumatológicos e respiratórios.

Associados do SINDAPORT têm desconto especial. A clínica fica na avenida Conselheiro Nébias, 726, cj 53, no Boqueirão. Informações pelos telefones 3014-2816/ 9779-3019/ 8818-7655

PLANTÃO JURÍDICO DO SINDAPORT

- **Trabalhista:** Advogado Paulo Eduardo Lyra M. Pereira - 3ª feira das 8 às 9 horas
- **Cível:** Advogada Talita Agria Pedroso - 4ª e 6ª feiras das 9 às 10 horas
- **Previdenciário:** Advogados Cleiton L. Dias Jr. e Katia H. F. S. Amaro - 5ª feira das 9 às 10 horas.

■ **Criminalista:** O advogado Armando de Mattos Júnior atende os associados do SINDICATO diretamente em seu escritório na Rua Bitencourt 141, conj. 52, Centro, em Santos. Ele também atende pelos telefones 3221-2612/ 9774-6944/ 7807-4001 ou ID 84*53125

Dias 12 e 13 de março tem eleição no SINDAPORT

O SINDICATO promove eleição para a diretoria da entidade nos próximos dias 12 e 13 de março, terça e quarta. Apenas uma chapa foi registrada para concorrer ao pleito.

DIRETORIA EXECUTIVA

EFETIVOS

Everandy Cirino dos Santos – Presidente
João de Andrade Marques – Vice Presidente
Luiz Roberto Gomes – Secretário-Geral
Edilson de Paula Machado – 1º Secretário
Eduardo Ferreira Herrera – 2º Secretário
Valdir Pfeifer da Silva Jr. – 1º Tesoureiro
David da Silva – 2º Tesoureiro
Antonio Mendes Filho – Diretor Jurídico
Ricardo Fernandes – Diretor de Patrimônio
Luiz Carlos dos Santos – Diretor Social

SUPLENTES

Agnaldo Rodrigues da Silva
Arlindo Gonçalves Filho
Eugenio Matheus Filho
Claudio Duarte Castanheira
José Roberto Rodrigues
Marco Antonio dos Reis
Nivaldo Cirino de Messias
Wagner Pinheiro de Almeida
Sidney Antonio Verde
Sinval N. de Santana

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

Décio dos Santos Dionísio
Fábio Severo Bomfim
Paulo Neo Alcedo Ferreira
Rafael Carlos dos Santos
Wilson Jesus Melo Batista

SUPLENTES

Adalberto Pereira Filho
Nivaldo Godoi
Odair Gonzaga de Souza
Rogério Gaspar José
Valmir Cunha da Silva

DELEGADOS NA FNP

EFETIVOS: Alberto Higino de Camargo Assis e João Luiz de Lima

SUPLENTES: Agnaldo Rodrigues da Silva e João Scorza Neto

CONSELHO CONSULTIVO

EFETIVOS: Antonio Carlos Amado Agria- Antonio Pereira Macedo- Antonio Sérgio de Oliveira Dias - Carlos Chagas Neto- Carlos Roberto Ferreira - Laurindo Braga - Domingos Mantovani- Edgar Fonseca da Silva - Edivaldo Francisco Pereira - Eduardo Antonio C. Machado - João Vitor dos Santos - Luis Claudio Soares do Nascimento - Luiz Carlos Volante - Luiz dos Santos Neto - Manoel Fernando Felix de Souza - Marco Antonio Medeiros - Marco Aurélio Batista - Marco Domingos de Campos - Nilson Chancharulo Jr.- Olavo Germano de Souza - Reginaldo Pereira Minuti - Ricardo dos Santos Moreira - Sadao Kurachiki -Sérgio Luiz Prudente - Telcinei Cardoso - Telmir Cardoso - Thiago Macena da Silva- Valdomiro da S. Ribeiro-Vicente Lourenço Souza Filho-Wagner Moraes

SUPLENTES: Abelardo José da Silva- Acassio José da Silva - Adelson Porto Bispo- Ademar Nascimento Júnior- Agostinho Rodrigues da Silva Neto - Aparecido Soares Menezes - Arioaldo Martins Paes- Carlos Alberto da Silva - Carlos Oliveira Conceição - Celso Carvalho Campos- Eduardo Antonio Fernandes- Francisco Jeronimo D. L. Viana- Gabriel de Castro Farat- Geornes Abdenago Ferreira Duarte - Gilmar Molleiro Januzzi - Guanito Prado Alves Filho- José Benjamin dos Santos - José Francisco de Oliveira Jr. - José Ricardo Martins - Luciano Nicolucci - Luiz Otavio de Carvalho - Marcelo Soares de Lima - Marco Antonio Andrade - Nilton Marques de Oliveir - Nilton Solano Alves - Orlando de Gregório - Orlando Pequeno Victal - Samuel do Espírito Santo - Silvio Campos - Vanderlei Almeida Silva